

XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Juliana Dias Pinto¹

Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas- Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS.

juliana.pinto@estudante.uffs.edu.br

Cleusa Inês Ziesmann²

Doutora em Educação (PUCRS). Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS.

cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

Tainara do Amaral Pereira da Silva³

Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas- Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS.

tainaraamaralamaral@gmail.com

Jeize de Fátima Batista⁴

Doutora em Letras (Uniritter). Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo/RS.

jeize.batista@uffs.edu.br

RESUMO

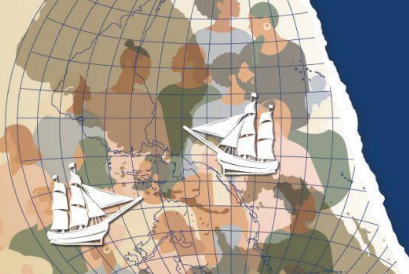
Atualmente, a educação inclusiva tem sido objeto de extenso debate, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que enfatiza a necessidade de uma formação adequada dos professores como um pré-requisito fundamental para a efetiva inclusão no ambiente educacional. No entanto, observa-se por meio de diversos relatos dos participantes, uma carência significativa de conhecimento e preparação para lidar com alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem nas salas de aula. O objetivo deste estudo é compreender como se organiza e se articula a formação de professores de Ciências Biológicas para atuar nas escolas do Ensino Regular, na perspectiva da Educação Inclusiva. Para isso, a revisão bibliográfica foi realizada com base em publicações disponíveis nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Periódicos CAPES, utilizando descritores e critérios de inclusão específicos. Este estudo de caso foi conduzido com alunos em formação nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, por meio do envio de um questionário por e-mail, elaborado no Google Forms. A análise dos dados foi realizada utilizando a Análise Textual Discursiva, fundamentada nas ideias de Moraes e Galiazzi (2007). Como resultado, percebemos que os resultados iniciais revelam uma compreensão diversificada e multifacetada da inclusão nas escolas de ensino regular. Portanto, nosso projeto de pesquisa visa estimular discussões sobre a formação de professores de Ciências Biológicas na perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas de Ensino Regular. Os participantes reconhecem a importância fundamental da educação inclusiva como um pilar da educação equitativa, onde cada indivíduo tem o direito inalienável de acesso ao

1 Acadêmica do curso de Ciências Biológicas Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS, bolsista do projeto de pesquisa. E-mail: juliana.pinto@estudante.uffs.edu.br

2 Doutora em Educação (PUCRS). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS, orientadora do projeto de pesquisa. E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

3 Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS, voluntária do projeto de pesquisa. E-mail: tainaraamaralamaral@gmail.com

4 Doutora em Letras (Uniritter). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS, colaboradora do projeto de pesquisa. E-mail jeize.batista@uffs.edu.br



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



aprendizado. No entanto, destacam-se desafios como a necessidade de adaptações físicas nos espaços educacionais e a importância da conscientização da comunidade escolar e da sociedade sobre a inclusão e o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Ensino de Ciências e Biologia. Educação Inclusiva. Política de Educação Inclusiva. Ensino Regular.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de um subprojeto aprovado na Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem por objetivo compreender como se organiza e se articula a formação de professores de Ciências Biológicas para atuar nas escolas do Ensino Regular na perspectiva da Educação Inclusiva (EI). Nesse sentido, percebe-se que as mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas fizeram com que todo o campo da educação e, em especial, o Ensino de Ciências numa perspectiva da Educação Inclusiva, precisa continuamente reformular seus pressupostos teóricos e metodológicos, a fim de ressignificar como e por que a ciência nas escolas no Ensino Regular possa potencializar a aprendizagem dos alunos. Dadas às novas demandas sociais e políticas sobre as escolas nas escolas contemporâneas e contextos em mudança, dialoga-se sobre o papel do professor na sociedade moderna e evidencia-se a necessidade de garantir profissionais capazes de enfrentar os desafios mais prementes.

Para Deimling (2013), esse forte movimento se deve às iniciativas dos movimentos sociais e a defesa das pessoas com deficiência e suas famílias em prol da educação para todos, assim, na perspectiva da EI, a política pública de educação proclama uma escola para todos. O contexto da Educação especial abordado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 1) aborda que “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão”.

Já o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em sua configuração atual, representa um avanço na universalização do ensino e na inclusão educacional. A prática da inclusão como um aspecto social e educacional não é exclusiva dos professores de educação especial. Outros profissionais nas unidades escolares têm a responsabilidade de desenvolver um trabalho que promova a aprendizagem de todos os alunos dentro da sala de aula regular.

Nesse contexto, políticas foram criadas para proporcionar programas de capacitação aos professores da educação básica, visando assegurar competências essenciais e promover o



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



reconhecimento do conhecimento docente. Isso inclui melhorias tanto na infraestrutura física quanto tecnológica das instituições de ensino, com a intenção de facilitar uma aprendizagem significativa. Essas medidas são fundamentadas na Lei nº 9.394/96, retificada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que enfatiza, em seu artigo 58, a preferência pela oferta de educação escolar na rede regular de ensino e, quando necessário, a oferta de serviços de apoio especializado para atender às necessidades específicas do público alvo da educação especial.

Além disso, é válido considerar que “é responsabilidade do professor facilitar e enriquecer os processos de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo experiências significativas para todos os alunos por meio de práticas pedagógicas eficazes” (Ziesmann, Thomas, 2020, p. 102). Nessa perspectiva, torna-se essencial que os professores que lecionam Ciências Biológicas tenham um currículo que não apenas aborde a teoria, mas também enfatize a prática. É imprescindível que os programas de formação de professores incluam uma preparação mais abrangente para lidar com a diversidade na sala de aula, de modo que, na prática, possamos mudar a percepção da inclusão escolar, afastando a ideia de que é um desafio a ser enfrentado. Isso nos permitirá criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos possam receber uma educação gratuita e de qualidade, independentemente de suas limitações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem caráter investigativo por meio de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa e embasada pelos pressupostos de Lüdke e André (1986). A revisão bibliográfica foi realizada com base em publicações disponíveis nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Periódicos CAPES, utilizando descritores “inclusão escolar; política de educação inclusiva; formação docente; Ensino de Ciências” na seleção de trabalhos publicados de 2019 a 2023. Este estudo de caso foi conduzido por meio do envio de um questionário por e-mail, elaborado no Google Forms. A análise dos dados foi realizada utilizando a Análise Textual Discursiva, fundamentada nas ideias de Moraes e Galiuzzi (2007).

Considerando que o objetivo da pesquisa é compreender a organização e articulação da formação de professores de Ciências Biológicas para atuar nas escolas do Ensino Regular sob a ótica da Educação Inclusiva, a seleção dos participantes foi realizada mediante convite a alunos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, graduados que já atuam em salas de aula regulares com alunos incluídos, especialmente aqueles com



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



formação em Ciências Biológicas. Além disso, foram convidados professores especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado e possuem alunos incluídos na sala de aula da Educação Básica.

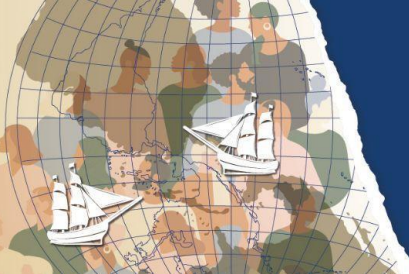
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo a Constituição Federal de 1988, todas as pessoas com necessidades especiais devem ter o acesso à educação e ter condições de permanecer nas instituições, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL,1988). Nessa linha de raciocínio, o profissional necessita participar de atividades formativas, tanto inicial como continuada, para estar plenamente habilitado para exercer as atividades docentes. Além disso, os pressupostos legais expressam a obrigatoriedade do Estado em oferecer programas de capacitação específicos para os profissionais da educação especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 59, estabelece os requisitos de profissionalização dos docentes que atuam no sistema de ensino para que possam prestar atendimento especializado aos educandos com deficiência. Ressalta-se, portanto, a importância de a escola contar com um quadro docente com formação específica para o atendimento da Educação Especial (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, nossa estratégia foi encaminhar três questionamentos aos participantes que consideramos cruciais para a reflexão sobre essa formação docente e os desafios enfrentados em suas salas de aula. O primeiro questionamento indaga sobre a compreensão dos docentes em relação ao processo de Educação Inclusiva. O segundo, versa sobre os conhecimentos e concepções acerca das formações dos docentes na perspectiva da Educação Inclusiva, visando atender aos alunos incluídos em salas de aula do Ensino Regular. Por último, questiona-se como o Curso de Ciências Biológicas oferece suporte para que os futuros professores possam atender aos alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido pela Lei 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No âmbito do primeiro questionamento, foi perceptível que os sujeitos envolvidos possuem uma visão ampla e multifacetada da inclusão nas escolas de ensino regular. Eles concebem este processo como um pilar fundamental da educação equitativa, no qual cada indivíduo tem o direito inalienável de acesso ao aprendizado. Além disso, enfatizam a



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

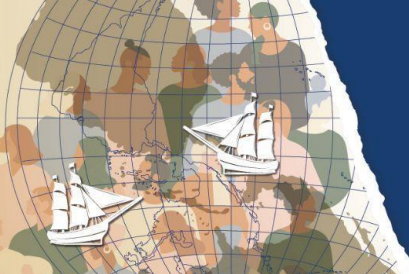


importância da abordagem inclusiva na qual todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou necessidades especiais, são atendidos de maneira adequada e justa.

Ademais, os participantes ressaltaram a importância da estruturação física dos espaços de ensino, defendendo a necessidade de adaptações e equipamentos adequados para proporcionar um ambiente inclusivo e acessível a todos. A ideia central é garantir que os ambientes educacionais estejam prontos para acolher e promover a participação de todos os alunos, levando em consideração suas diferentes habilidades e limitações individuais.

Além disso, a discussão, sobre EI, evidenciou a necessidade de conscientização e sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças. Os participantes reconhecem que a EI não se limita apenas ao ambiente escolar, mas é um processo que permeia toda a sociedade, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade em todas as esferas da vida. Por fim, os sujeitos também destacaram que a EI é um processo dinâmico e contínuo, que está em constante evolução e adaptação às mudanças e às necessidades dos alunos e da sociedade como um todo. Os participantes enfatizaram que a verdadeira inclusão só pode ser alcançada quando todas as pessoas são reconhecidas e valorizadas em sua plenitude, independentemente de suas diferenças.

Quanto à segunda questão, sobre os conhecimentos e concepções acerca das formações de docentes na perspectiva da EI, os alunos expressaram diversas opiniões e sugestões. Um deles destacou a importância dos próprios professores compartilharem relatos e sugestões sobre como abordar conteúdos específicos para pessoas com necessidades especiais. Outro sugeriu que as disciplinas relacionadas ao tema deveriam ser ministradas no início do currículo do curso, fornecendo uma base sólida desde o início. Um terceiro aluno enfatizou a necessidade de apoio psicológico para os futuros professores, argumentando que isso os prepararia melhor para lidar com as demandas inclusivas da sala de aula. Além disso, um participante expressou a importância de os professores receberem cursos de formação que exemplifiquem atividades específicas para o atendimento às necessidades dessas pessoas antes de entrar em sala de aula. Ainda, outro sugeriu que mais profissionais devem ser envolvidos para auxiliar as pessoas com deficiência, ressaltando a necessidade de uma formação continuada, enfatizando que a EI como



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

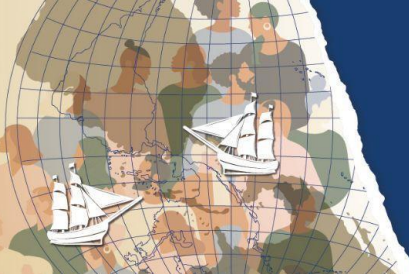


sendo um tema em constante evolução, exigindo atualização constante por parte dos profissionais da educação.

Na última pergunta, que indagava sobre a eficácia do Curso de Ciências Biológicas em preparar os futuros professores para atenderem às necessidades dos alunos da educação especial, conforme preconizado pela Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, as respostas dos participantes foram diversas e detalhadas. Foi enfatizado que o curso aborda o tema da inclusão, mas de forma superficial, sem aprofundamento necessário para uma compreensão abrangente das questões envolvidas, devido a pouca carga horária para esse componente curricular. Ainda, a partir dos relatos, foi destacada a necessidade de melhorias tanto na estrutura curricular das disciplinas, quanto na infraestrutura da instituição, como nos laboratórios, para garantir uma inclusão mais efetiva, proporcionando aos acadêmicos condições de relacionar conteúdos específicos de ciências para promover um ambiente educacional que seja acessível e significativo para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na formação de professores devem assegurar que todos os alunos tenham acesso a processos de ensino, aprendizagem e avaliação inclusivos. Isso é fundamental para avançar em direção a um sistema educacional mais justo e equitativo, que reconheça as habilidades dos alunos e evite preconceitos relacionados às suas características pessoais, sociais e culturais. Os participantes reconhecem a importância fundamental da educação inclusiva como um pilar da educação igualitária, onde cada indivíduo tem o direito inalienável de acesso ao aprendizado. No entanto, destacam-se desafios, como a necessidade de adaptações físicas nos espaços educacionais, e a importância da conscientização da comunidade escolar e da sociedade sobre a inclusão e o respeito às diferenças. Além disso, as respostas dos alunos quanto à preparação do Curso de Ciências Biológicas para lidar com a educação especial evidenciam uma variedade de perspectivas e áreas potenciais de melhoria. Enquanto alguns reconhecem que o curso oferece recursos para lidar com a educação especial, outros ressaltam a necessidade de aprimoramentos significativos, tanto na estrutura curricular quanto na preparação dos futuros professores.

**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc_especial.pdf. Acesso em: 23 de mar. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Htm_Expl/ed_especial.htm. Acesso em: 23 de mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 23 de mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23. mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Acesso em: 23. mar. 2024.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 238-249, dez. 2013. Trimestral. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644347009.pdf>. Acesso em: 23. mar. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 38p.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

ZIESMANN, Cleusa Inês; THOMAS, Isabel Follmann. Processos formativos dos professores inclusivos: práticas pedagógicas dos docentes na educação básica. Revista Triângulo, Uberaba - MG, v. 13, n. 3, p. 97-110, 2020. DOI: 10.18554/rt.v13i3.5032. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5032>. Acesso em: 23 mar. 2024.